

O Estado e a formação de pequenos produtores rurais: Algumas atuações no estado de São Paulo.

Monica Fernanda Botiglieri

PPGE – UFSCar

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

UFSCar

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir parte dos aspectos históricos da atual Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, buscando compreender como a organização desta tem se materializado por meio do trabalho de outras instituições no sentido de formar tecnicamente indivíduos para o trabalho no campo. Foram inúmeras alterações até que a secretaria se configurasse como é hoje e seus ideais se transformaram ao longo dos anos mediante alterações de governos e contextos sociais e econômicos que perpassaram a história de nosso estado, assim, cabe, neste texto apresentar um pouco de sua jornada na organização da assistência técnica, formação e qualificação, principalmente de pequenos produtores rurais, esta que tem se dado sobretudo pela via da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI.

O Estado e a formação de pequenos produtores rurais: Algumas atuações no estado de São Paulo.

O objetivo deste artigo é discutir sobre parte do histórico da atual Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, visando compreender como a organização desta tem se materializado por meio do trabalho de outras instituições no sentido de formar tecnicamente indivíduos para o trabalho no campo. Foram inúmeras alterações até que a secretaria se configurasse como está hoje, com seus ideais se transformando ao longo dos anos mediante alterações de governos e contextos sociais e econômicos que perpassaram a história de nosso estado, assim, cabe neste texto apresentar um pouco de sua jornada na organização da assistência técnica, formação e qualificação principalmente tendo em vista os pequenos produtores rurais, dado que esta tem se dado sobretudo pela via da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI.

Escrever um artigo sobre uma instituição como esta tem suas dificuldades, pois pode levar o pesquisador tanto a assumir uma posição de defesa da instituição, dada a proximidade que este adquire com seus interlocutores, via de regra funcionários da instituição, como uma posição de crítica mais árdua, à medida que a instituição representa posições de governo, ora mais conservador, ora mais progressista. Neste texto, sabendo que não se pode ser neutro, buscaremos assumir uma posição que procure nem aderir à posição da instituição, nem fazer a crítica às posições dos governantes, mas buscar compreender se a CATI traz ou não uma contribuição para os pequenos produtores rurais e assentados de reforma agrária.

Os escritos apresentados têm como principal fonte, o material cedido pela CATI intitulado “Agricultura Paulista: Uma história maior que cem anos” do ano de 1991, que traz em seu conteúdo inúmeras informações acerca da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, esta que nem sempre foi denominada desta maneira e que passou pelas mais diversas alterações.

Uma história longa e de muitas transformações. Assim pode-se definir, num primeiro momento, a história da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e, conseqüentemente, também da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

– CATI, assim como o pensamento sistematizado acerca da própria agricultura de modo mais geral em nosso estado. O início de sua história data de 1891, ano da criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o que pela primeira vez trouxe à tona a preocupação do Estado para com a agricultura. Eram competências deste órgão

(...) assuntos relativos à agricultura, terras públicas e particulares e serviço cadastral, colonização, núcleos coloniais, imigração, aldeamento e adaptação de índios, jardins e passeios públicos, engenhos centrais, navegação fluvial e marítima, canais, trabalhos hidráulicos, correios e telégrafos, Comissão Geográfica e Geológica, obras públicas, estradas de ferro, estradas e caminhos comuns e de rodagem, mineração, comércio, indústria, sistema de pesos e medidas, serviço astronômico e meteorológico, iluminação pública, abastecimento de água e esgotos (MARTINS, 1991, p. 121).

Assim, cabia a uma única instância uma série de responsabilidades, dos mais variados tipos, o que de acordo com Martins, sucedeu alguns ajustamentos, entre os quais destacam-se a organização do “Serviço Agrônômico do Estado”, criado no mesmo ano e responsável por agregar todos os trabalhos concernentes especificamente à agricultura: “o ensino, a investigação, a classificação de regiões agrícolas segundo suas condições agroclimatológicas, a conservação de recursos florestais e faunísticos e seu uso racional, e a divulgação de informações” (MARTINS, 1991, p. 121). Segundo Martins, foram criados “Distritos Agrônômicos” e “Comissões Municipais de Agricultura”, no ano de 1900, sendo que os primeiros constituíam seis espaços com funções de acompanhamento, inspeção, informação, entre outras relacionadas aos lavradores, enquanto as últimas eram formadas por três agricultores em um mesmo município, aos quais cabia o intermédio das discussões entre os inspetores de agricultura e os demais produtores. Entre uma infinidade de pequenas reformas e alterações, no ano de 1927 a secretaria teve sua denominação alterada para “Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura”, além da criação de outra, a “Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas”), refletindo nova organização de diretorias, diretrizes, entre outras. Aquelas apontadas, principalmente, de demonstrar o início das preocupações com a agricultura e com os sujeitos que estavam no campo, pelo menos no que compete aos produtores, pela via do Estado.

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão que viria a dar conta especificamente da assistência técnica e formação de produtores rurais, fora criada “oficialmente” no ano de 1967, no entanto, importantes mudanças em nosso contexto vinham de décadas anteriores, ao pensarmos, por exemplo, que a partir de 1930 havia entrado em crise o modelo agroexportador e com ele a elite agrária que dominava a

política do país, o que dentre outras conseqüências derrubou do poder a oligarquia exportadora e impôs um novo modelo econômico, voltado muito mais a industrialização sem romper, porém, com as oligarquias, que não possuíam mais o poder político, mas se mantinham enquanto detentoras econômicas, o que fez surgir uma

(...) burguesia agrária, de grandes proprietários, que procura modernizar a sua exploração agrícola e destiná-la ao mercado interno. Nasce com o cultivo do trigo, no Sul, e com a cana, o café, o algodão e outros produtos, também para o mercado interno. Foi um processo de modernização capitalista de grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que eles são induzidos a se vincularem totalmente às regras do mercado e a se integrarem na indústria. Porém, além de seu caráter de integração no sistema capitalista da industrialização dependente, o modelo reservou aos camponeses, agricultores familiares, pequenos produtores, ou qualquer outro nome que a eles se dê, algumas funções claramente determinadas (STEDILE, 2005, p. 29).

A respeito destas funções, destacamos neste momento apenas duas, relacionadas especificamente a formação então oferecida aos trabalhadores e pequenos produtores rurais:

c) Os camponeses também cumpriram a função de produzirem, a preços baixos, alimentos para a cidade, em especial para a nascente classe operária. O Estado brasileiro administrava rigorosamente os preços dos produtos alimentícios, produzidos pelos camponeses, para que os mesmos chegassem a preços baixos na cidade (...).

d) Os camponeses foram induzidos a produzirem matérias-primas agrícolas para o setor industrial. Surgiu e se desenvolveu, então, o fornecimento de matéria-prima para energia, carvão, celulose, lenha, etc. (STEDILE, 2005, p.30)

Assim, o papel destes camponeses, pequenos produtores e seus familiares, tanto social quanto economicamente tornaram-se pilares de sustentação de uma nova política. Eles, assim como os milhares de imigrantes requisitados no período, garantiam as condições de reprodução dos grandes capitalistas, na medida em que regulavam (enquanto exército de reserva de mão de obra) a oferta de empregos e salários e eram incumbidos de garantir a produção de alimentos para as cidades, enquanto as grandes produções davam conta da exportação necessária para que se mantivesse economicamente a instalação das mais variadas indústrias. Este, entre outros aspectos, deixa clara a não isenção do Estado ao organizar, via secretarias ou coordenadorias, os mais diversos meios de acesso por parte destes agricultores, seja pela via da formação, do crédito, da organização ou dos cuidados básicos, como saúde, habitação, etc.

A respeito da Secretaria de Agricultura, cabe destacar que esta só passou a levar tal denominação na reformas de 1946, quando uma vez mais foram criados e extintos novos departamentos, divisões e serviços. Em meados da década de 1950 o trabalho

com pequenos produtores era realizado pela rede de Casas da Lavoura, espaços de orientação e assistência técnica que mais tarde viriam a tornarem-se as atuais Casas da Agricultura. No mesmo período, o “Serviço de Fomento Agropecuário da Capital”, responsável pelo incremento da produção agropecuária da região da capital passaria a denominar-se “Serviço de Extensão Rural da Capital” e segundo a secretaria, este

Viria a ser reorganizado em 1958 (Decreto 32924), tendo em vista a necessidade imperiosa de incrementar a produção agropecuária de subsistência na região geoeconômica da Capital, onde os pequenos lavradores e criadores vinham contribuindo substancialmente para o abastecimento da Capital, “... não esquecendo o papel de importância econômica e social do pequeno produtor no quadro de nossa economia agrícola, sendo que sua atuação nos arredores da Capital é do tipo de produção altamente intensivo e especializado e em face da urgência de medidas objetivas que assegurem melhores condições de abastecimento de gêneros alimentícios à população. Com as competências: assistência técnica aos pequenos agricultores e criadores para fomento e racionalização de produção; cursos rápidos de horticultura, fruticultura, avicultura e suinocultura; campos de demonstração em todos os bairros, assistência às famílias do **sertão** paulistano, através de clubes agrícolas e clubes femininos de economia doméstica rural, transformação de produtos e aproveitamento de subprodutos de origem animal e vegetal; organização de concursos, exposições e festas para divulgação de práticas e conhecimentos úteis; incremento da produção mista, principalmente horticultura e fruticultura com a produção avícola, suína e leiteira; pequena horta e pomar domésticos, multiplicação e distribuição de sementes selecionadas de hortaliças; propor medidas de racionalização da produção, transporte, armazenamento, conservação e distribuição de produtos perecíveis; ensinamentos de padronização, classificação e embalagem de produtos hortícolas, frutícolas, avícolas; promover produção e distribuição de pintos de um dia e rações para aves, difundir o associativismo e o cooperativismo; superintender o financiamento para aquisição de lote rural (MARTINS, 1991, p. 329).

Outros serviços e departamentos da secretaria se responsabilizaram, cada um em seu tempo e a sua maneira, pela assistência técnica e auxílio aos pequenos produtores, fosse pela via do financiamento, formação, entre outros (conselhos de agricultura, escolas de horticultura, etc.) além é claro das lutas organizadas fora do âmbito do governo, pelos próprios trabalhadores, mas que tinham efeito direto nas práticas do Estado, que tiveram como consequência legislações de extrema importância para a realidade dos sujeitos do campo, como mais tarde pode-se acompanhar com a instauração do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e Estatuto da Terra (1964).

Muitos eram os trabalhos desenvolvidos visando os pequenos produtores rurais, resultando na abertura de escolas específicas, cursos de capacitação e as mais variadas artimanhas, demonstrando uma demanda do capital para a formação de sujeitos que, ou serviriam de mão de obra às grandes produções, ou garantiriam a manutenção das pequenas e médias propriedades.

Em meados dos anos 1960, durante o governo de João Goulart (1961-1964) era evidente o aumento da movimentação de trabalhadores reivindicando direitos que a burguesia insistia em negar. Os controladores do aparelho do Estado, pela via principalmente dos militares, compreendendo que Jango seria um potencial aliado da esquerda, organizaram-se de maneira tal que entre 31 de março e 1º de abril de 1964 instalou-se uma ditadura em nosso país que perdurou por vinte e um anos.

A esse respeito o material acerca da história da secretaria nos informa que:

O processo de radicalização se acentuou gradativamente, Goulart à frente de uma esquerda desorganizada e despreocupada, estimulando a reação da direita, muito mais capacitada, pois já contava com “... toda uma organização consolidada, na Igreja, na imprensa, nas classes militares, no sistema econômico.” (FRANCO apud MARTINS, 1991, p. 410).

É interessante pontuarmos a postura dos controladores do Estado, primeiramente por colocarem João Goulart como uma figura que pudesse estar “à frente” da esquerda, o que não condiz com a realidade do período, tendo em vista que Jango, como ficou conhecido, embora tenha carregado consigo mobilizações de diversos setores, buscando articulação entre suas propostas, arregimentava os formuladores da política populista, a burguesia industrial nacional e a classe operária, tendo como um dos focos de suas ações as chamadas “reformas de base” e também a proposta de reforma agrária “com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo” (FAUSTO, 2002, p. 447), não buscava em suas políticas, alterações estruturais nem a construção de um regime socialista, mas apenas a “tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado” (FAUSTO, 2002, p.448).

Instaurado o regime civil-militar, ampliou-se a rede de Casas da Lavoura, mudou-se o antigo “Serviço de Fomento Agropecuário da Capital” para

Serviço de Extensão Rural da Capital, tendo em vista tanto a assistência técnica aos pequenos lavradores como educativa às famílias rurais através da organização dos Clubes de Economia Doméstica, Clubes Juvenis Rurais e Comitês de Lavradores, programa de crédito rural orientado e supervisionado, estudos de racionalização da produção, transporte, armazenamento, conservação e distribuição de produtos perecíveis, difusão do espírito associativista e organização cooperativa e incremento da produção mista nas pequenas propriedades (MARTINS, 1991, p. 411).

Entre estas e tantas outras alterações, no ano de 1967 uma nova reestruturação mudou em grande parte os trabalhos realizados pela então Secretaria da Agricultura, criando oficialmente a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, que extinguiu todas as outras formas de assistência técnica paralelas, trazendo nova concepção e diretriz para o

trabalho extensionista. A este respeito o material fornecido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento nos informa que:

Em seu início, as Casas da Lavoura não possuíam programação ou metodologia bem definidas. As características pessoais de cultura, iniciativa e liderança de seus encarregados eram assim, da mais alta importância para o sucesso. Neste período inicial, as maiores realizações no campo da assistência técnica à agricultura paulista deveram-se em grande parte, a uma elite pequena, mas altamente qualificada de agrônomos regionais e técnicos da Secretaria da Agricultura, líderes natos, sumamente respeitados por agricultores e colegas de profissão e que granjearam para a Secretaria o prestígio de que esta necessitava. Mas o trabalho de assistência técnica era, basicamente, de cunho individual, dirigido a um número pequeno de agricultores interessados.

(...) A partir de meados dos anos 50, foram criadas condições para a reforma que acabou se efetivando em 1967. Nesse período, ao mesmo tempo que era substancialmente incrementado o esforço para melhoria da capacitação do pessoal técnico da Secretaria, firmava-se mais profundamente a idéia de que a prestação de serviços não se coaduna com os objetivos fundamentais do trabalho estensionista (...) (MARTINS, 1991, p. 419).

Com novas diretrizes, de acordo com Martins, a secretaria deixou de lado a atuação enquanto “prestadora de serviços” e passou a ter certo enfoque no trabalho educacional, definindo sua ação enquanto Assistência Técnica Integral, “cujo objetivo era racionalizar as atividades voltadas para o agricultor” (MARTINS, 1991, p. 425). Segundo a instituição, tais pensamentos já antecederam a reforma de 1967.

A respeito desta, cabe aqui algumas considerações, para que compreendamos melhor a criação da própria CATI. A Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, de início, tinha como proposta o trabalho individualizado com cada produto, a exemplo, o algodão, café, defesa sanitária da agricultura, entre tantos outros, todos sob responsabilidades do mesmo órgão. Em seguida, com uma de suas reformulações, seu trabalho dividiu-se entre naturezas distintas de produtos ou serviços, como por exemplo, “produção vegetal”, “indústria e comércio”, de maneira que cada segmento cuidasse das áreas envolvidas em seu trabalho (indústria e comércio, por exemplo, cuidariam de tudo que envolvesse tal área, fosse em termos de pesquisas, fomento, etc.) (MARTINS, 1991).

De acordo com a secretaria da agricultura:

Um terceiro momento despontaria, em decorrência da sofisticação do planejamento e o aprofundamento das especializações, determinando que o direcionamento passasse a ser comandado pelas áreas de atuação, independente da identidade do produto ou de sua natureza.

(...) No tocante à Secretaria da Agricultura, através do Decreto 48.133, de 20.06.1967, foi definido seu campo funcional em dois tópicos: formulação da política agrícola do Estado e pesquisa, experimentação e assistência (MARTINS, 1991, p. 425-426).

Dentre as alterações em consequência desta reforma, trataremos especificamente daquela que diz respeito à Assistência Técnica, esta que

(...) desdobrou-se nas funções de assistência técnica educacional, inspeção e classificação de produtos agrícolas, seguro agrícola e, supletivamente, a prestação de serviços de engenharia e mecânica da agricultura e fornecimento de bens de produção (sementes e mudas) (MARTINS, 1991, p. 426).

Segundo jornais informativos em comemoração aos trinta e, posteriormente aos 40 anos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, portanto dos anos de 1997 e 2007, respectivamente:

Em 20 de junho de 1967, o então Governador do Estado, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, tendo como Secretário da Agricultura o Dr. Herbert Victor Levy, assinou o Decreto de reestruturação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, que visava tornar a produção mais dinâmica e eficaz, para melhor atender às novas exigências que o processo de desenvolvimento do Estado impunha. Através desse ato estava sendo fundada a CATI, órgão coordenador e executor de todos os serviços de assistência técnica direta à agricultura paulista

(...) definiu-se um modelo de atuação da CATI, na linha da assistência técnica educacional, prestação de serviços, defesa sanitária, e produção de sementes e mudas. As Casas da Lavoura passaram a se chamar Casas da Agricultura. Foram então acrescentados à sua estrutura as Delegacias Agrícolas, subordinadas às antigas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs). Com o passar do tempo, alguns ajustes foram sendo necessários (CATI, 1997, p. 2).

Em 1967, a Secretaria passou por uma grande reformulação, promovendo a centralização de vários de seus Departamentos e Divisões em três Coordenadorias (...). Pelo Decreto n 48.133, de 21 de junho de 1967, é criada a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). A partir desse momento, as Casas da Lavoura passaram a se chamar Casas da Agricultura (CATI, 2007, p. 3).

Assim retomamos, ainda que pontualmente, parte do histórico daquela que hoje constitui-se a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, assim como também da criação das distintas coordenações, posteriormente denominadas “coordenadorias”: A de Assistência Técnica Integral, de Pesquisa e Experimentação e a de Recursos Naturais e Atividades Complementares, sendo que esta última teve duração de apenas três anos. Este trabalho não dará conta de cada uma das alterações pelas quais passaram estas instâncias, que não cessaram com a criação das coordenadorias, ao contrário, já que posteriormente à sua instauração as extinções de departamentos ou remanejamento destes foram inúmeros. Cabe neste momento apenas destacar que a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI unificou diversos trabalhos, segundo seus defensores, no sentido de orientar e auxiliar os produtores rurais. Ainda

segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sua formação era definida como:

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, com as Unidades de Despesa: Administração da Coordenadoria, Departamento de Orientação Técnica, Departamento de Assistência Supletiva, Centro de Treinamento em Assistência Técnica, Serviço de Comunicação Rural, Divisão de Inspeção de Produtos Alimentícios de Origem Animal e as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAS) de São Paulo, Vale do Paraíba, de Sorocaba, de Campinas, de Ribeirão Preto, de Bauru, de São José do Rio Preto, de Araçatuba, de Presidente Prudente. (*grifos nossos*) (MARTINS, 1991, p. 430).

A respeito da secretaria e criação da CATI, podemos destacar a fala de um funcionário de seu quadro, Ypujucan Caramuru Pinto, este que por sua vez é diretor do Departamento de Comunicação e Treinamento e conhece substancialmente o histórico da instituição. Para ele:

A CATI tinha sido criada em 1967, (...) quando ela foi organizada, ela juntou numa mesma instituição, vários segmentos da Secretaria. Então nós tínhamos antes na secretaria um departamento de mecanização, nós tínhamos um programa de desenvolvimento vegetal, outro animal e a CATI acabou juntando tudo, por isso que deu o nome de Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, porque ela conseguiu integralizar todos os diversos segmentos da secretaria numa única coordenadoria, onde ficou então a “Defesa”, a Defesa Agropecuária, a parte de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Produção de Sementes, Mudanças e Matrizes, então acabou ficando tudo numa instituição só e isso foi muito bom pra agricultura porque conseguiu concentrar os esforços que eram os mais... cada um espalhando pra um lado e no fim acabou a CATI unificando tudo numa única instituição e isso foi muito bom pra agricultura (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, ela alcançou seus primeiros objetivos no ano de 1968, com um trabalho organizado em níveis de “execução, suporte, técnico auxiliar e direção”, sendo o primeiro aquele que compreendia os trabalhos realizados em níveis municipais e regionais, em ação próxima aos produtores e suas famílias e a comunidade de modo geral. O segundo nível de atuação correspondia ao “corpo de especialistas do Sistema e os órgãos de orientação e direção normativa dos campos em que, em caráter supletivo, o Estado presta serviço ou fornece insumos” (MARTINS, 1991, p. 442), já o terceiro nível tratava do corpo de técnicos e do trabalho de treinamento de pessoal, além de toda a parte de comunicação rural e, por fim, o nível de “direção” compreendia toda a equipe de direção e administrativa.

A respeito da estrutura de execução e suporte da CATI, destacamos que as preocupações da secretaria e da própria instituição, relacionadas à produção e à produtividade apenas, tomaram novos contornos, mais apreensivos em relação a fatores sociais e econômicos, assim

a prestação de assistência é unificada na Casa da Agricultura, corrigindo a desorientação que causava a anterior multiplicidade de agentes; a Assistência Técnica é integral; tem uma ação executiva direta, sob a forma de assistência fitotécnica (...) sócio-econômica, fornecimento supletivo de sementes, inspeção e classificação de produtos agrícolas, e de insumos e seguro agrícola e uma ação indireta, motivadora, junto às demais Secretarias do Estado (Saúde, Educação, Transportes, Obras Públicas, etc.) e aos órgãos privados, no sentido de ser dado à Agricultura um atendimento global; a unidade de comando regional estende-se a todas as formas de assistência à Agricultura. A assistência técnica passa a ser planejada, tendo por base o Plano Regional de cada DIRA. A rede assistencial é formada por: nove Divisões Regionais Agrícolas, unidades administrativas e orçamentárias, diretamente subordinadas ao Coordenador da Assistência Técnica Integral; quarenta e cinco sedes de supervisão agrícola, com nível de sub-região, subordinadas às DIRAs e responsáveis pela supervisão das unidades executivas; quinhentas e setenta e três Casas da Agricultura, unidades executivas da assistência técnica integral ao nível municipal; quinhentos e setenta e três Conselhos Agrícolas Municipais, órgãos consultivos externos da Secretaria da Agricultura (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. CATI, 1968 apud MARTINS, 1991, p. 443).

A nova configuração da CATI e da secretaria colocou em foco o trabalho com produtores rurais de maneira que este não se desse mais de modo pontual e desarticulado, transformando-se em uma atuação significativa, continuada e, mais ainda, contando com a participação e integração dos sujeitos em todo o processo e desenvolvimento das propostas e execuções.

Ainda na década de 1970, tanto a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo quanto a CATI passaram por novas discussões, em que, para a primeira, foram redefinidas algumas funções, enquanto a última viveu um período de reflexão acerca de suas atividades e de certo “imediatismo” que compunha as mesmas, construindo e discutindo mais profundamente, em evento conjunto com divisões regionais e órgãos centrais, a idéia da assistência técnica enquanto transferência de tecnologia, considerada essencial ao desenvolvimento agrícola.

Após anos sob extrema autoridade do regime civil-militar, já em 1974, com a eleição de Ernesto Geisel, iniciou-se um tempo de certa abertura política, sendo que de um lado o regime sofria pressões em sua defesa, enquanto de outro a oposição, organizada pelos mais diversos segmentos, ameaçava sua manutenção. Para além, desde o ano de 1973, com a crise do petróleo que atingira diretamente às importações no Brasil, mudanças na condução da política econômica vinham sendo feitas a fim de que o país desse conta da produção de insumos básicos (petróleo, aço, fertilizantes, etc.). Tais intenções, definidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, se em parte fizeram o Brasil avançar no que compete, por exemplo, a substituição de importações de petróleo, por outro lado deixou ao país um encargo de empréstimos e uma dívida externa milionária.

Durante todo este período, a realidade da agricultura paulista foi de reajustes que, moldados aos planos de desenvolvimento, procuraram a “orientação técnica, pesquisa e dinamização de instrumentos de financiamento, buscando aprimorar as condições de qualidade de vida da população” (...) (MARTINS, 1991, p. 489). A Secretaria da Agricultura como já apontado, passou a ser denominada de Secretaria de Agricultura e Abastecimento, demonstrando novas atribuições e transferência de outras aos demais órgãos. Nos anos 1980, a CATI se reorganizava mais uma vez, buscando por “em prática uma ação mais descentralizada, envolvendo as comunidades e priorizando o atendimento aos pequenos e médios produtores” (CATI, 1997, p.2), com novos objetivos institucionais, a saber

- **desvincular** os trabalhos de Defesa Agropecuária dos de Extensão Rural, dadas as diferenças filosóficas e peculiaridades das Ações concernentes a cada uma dessas áreas;
- **fortalecer** as Delegacias Agrícolas e **descentralizar** a administração, no intuito de aproximar a comunidade rural (agricultor e trabalhador rural) do órgão responsável pela tomada de decisões. Delegando competências administrativas a todos os executivos da CATI, buscou-se a descentralização como forma de agilizar a instituição e, em última instância, de democratizá-la.
- **integrar verticalmente** a gerência da área de Sementes e Mudas, tendo em vista as suas características de produção industrial. (MARTINS, 1991, p. 489).

Sob o governo de Paulo Maluf (1979-1982), o último não eleito pelo voto popular, a agricultura paulista passou por novos programas, estes que em parte teriam continuidade também na administração seguinte. Entre tais programas, destacamos aqui aquele que dizia respeito propriamente à formação e qualificação dos pequenos produtores rurais, no sentido de levar a estes conhecimentos sobre novas técnicas de plantio, além de conhecimento acerca de condições de mercado. Estas formações obtiveram nos programas de rádio e TV suas principais formas de divulgação. De acordo com a secretaria,

Nos últimos anos, partindo do princípio de que a CATI deveria dar prioridade ao atendimento aos pequenos e médios agricultores paulistas, perseguimos, tenaz e pragmaticamente, as seguintes metas: desenvolver metodologia moderna de transferência de tecnologia que visasse ao atendimento massal e grupal dos pequenos e médios agricultores... (...)... Deve-se ressaltar o Projeto Telecurso Rural, desenvolvido inicialmente a nível de Coordenadoria, em razão de sua complexidade logística e administrativa. Foi levada a efeito a produção de *tapes* didaticamente elaborados pela CATI e a TV Cultura e sua transmissão através da televisão educativa da *Fundação Padre Anchieta* e de outras emissoras interessadas... no total de 103 programas gravados. Procedeu-se a “... instalação de teleescolas, que consistem no uso do material didático descrito anteriormente em reuniões com grupos de agricultores nos municípios... fez-se uma experiência-piloto com a instalação de um Curso de Horta Doméstica na Grande São Paulo, trabalho conjunto com a Coordenadoria de Abastecimento” (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO apud MARTINS, 1991, p. 502).

Para além dos trabalhos de formação destes sujeitos, a CATI atuava em parceria com os mesmos no auxílio à adesão aos distintos programas de crédito rural e à circulação de suas produções no mercado. Em 1982, o país passou por suas primeiras eleições diretas para governadores de Estado, o que em São Paulo resultou na vitória de André Franco Montoro, do PMDB, cujo mandato perdurou de março de 1983 a março de 1987. O governo Montoro tinha como foco a descentralização do poder, a abertura à participação, buscando-a em todos os segmentos, decisões de interesse comum. Assim, de acordo com a propaganda oficial, três pilares principais sustentavam suas propostas:

(...) a descentralização das decisões governamentais, a moralização e a austeridade na aplicação de recursos governamentais e o potencial econômico de São Paulo e sua força de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população (MARTINS, 1991, p. 512).

Nesta perspectiva, no que competia à agricultura, foram estabelecidos os Planos Agrícolas Municipais – PAM, que propunham a participação de poderes públicos municipais, organizações formais e informais da sociedade civil que eram beneficiadas, além de conselhos regionais e locais. Suas propostas envolviam também a participação de unidades interiorizadas da própria secretaria, como as Casas de Agricultura, Delegacias Agrícolas, etc. (MARTINS, 1991). Em suma, de acordo com a CATI, “os Planos Agrícolas Municipais teriam por princípios a atuação do governo não mais para os agricultores e comunidades, mas com os agricultores e comunidades” (MARTINS, 1991, p. 512). Para a CATI e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento os PAM’s auxiliaram significativamente numa nova metodologia, muito mais participativa, que com a articulação de técnicos de mais de 500 Casas de Agricultura iniciaram transformações substanciais na realidade de pequenas e médias produções, no atendimento de necessidades reais dos agricultores e das comunidades envolvidas. Segundo Martins, a atuação da CATI não se deu isoladamente, atendendo apenas as competências de formação, transferência de tecnologia, entre outras, isso porque nas discussões dos PAM’s um outro problema percebido dizia respeito ao abastecimento, a distribuição das produções para o comércio, assim, a CATI junto às prefeituras, aliada ao trabalho dos planos municipais, desenvolveu o “Programa de Agenciamento de Produtos Agrícolas – PAPA” (MARTINS, 1991, p. 513), auxiliando o comércio por meio da organização de grupos de compras, entidades assistenciais, entre outros. Tais fatos demonstram que sua atuação não se limitava à transferência de tecnologias e

conhecimentos, mas tinha participação importante em todo o processo produtivo e seu trabalho, naquele momento, tinha

por alvo um *novo público*, desenvolvendo-se em um *novo cenário* e interpretando uma *nova metodologia*. O público, sendo composto por pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais e consumidores de baixa renda, o cenário o município, palco de interações dos setores rurais e urbanos e a metodologia, estabelecida pelo planejamento participativo, integrando entidades públicas, privadas e grupos da comunidade (MARTINS, 1991, p. 518).

Diante do que foi exposto e das intenções apresentadas, seus trabalhos foram desenvolvidos por meio de quatro programas principais: *Programa de Extensão Rural*, *Programa de Treinamento de Recursos Humanos*, *Programa de Defesa Agropecuária* e *Programa de Sementes, Mudanças e Matrizes*, dentre os quais destacamos o primeiro, por ter se tratado de um trabalho educativo, que de acordo com os técnicos da CATI, buscou implantar e consolidar os Planos Agrícolas Municipais, visando a abrangência das Casas de Agricultura, por intermédio da atuação de 28 Grupos Técnicos das distintas áreas, como fitotecnia, zootecnia, comunicação rural, etc. (MARTINS, 1991).

Dentre as inúmeras mudanças vivenciadas nos anos 1980, destaca-se a transição do regime civil-militar à redemocratização, abertura política e eleição (ainda indireta) de Tancredo Neves, no ano de 1985, cuja presidência fora assumida por José Sarney, por conta de problemas de saúde e conseqüente morte do presidente eleito. Nesse período, ainda sob o governo Montoro, a agricultura no estado de São Paulo passava por discussões acerca da priorização de programas e serviços relacionados à conservação do solo e da água, para o quais contaram com a CATI no sentido de mobilização dos agricultores. Tal trabalho trouxe a tona outra metodologia de atuação, com abordagem conservacionista, as “Microbacias”, espaços delimitados geograficamente definidos como “(...) unidade de planejamento, intervenção e avaliação, estabeleceu um novo marco na abordagem das questões socioambientais para o meio rural” (CATI, 2009, p. 11), ou ainda

(...) instrumento básico que visa a prática de uma agricultura “... economicamente viável, ecologicamente sustentável, politicamente democrática, socialmente justa (RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 87/90 apud MARTINS, 1991, p. 543).

Segundo seus diretores, envolvida nesta nova proposta, a CATI deu continuidade às atividades realizadas anteriormente, porém, transformou em certa medida seu trabalho, isso porque no governo Orestes Quécia (1987-1991) houve a preocupação em adoção de tecnologias de ponta, que encontrava na CATI o espaço de divulgação aos trabalhadores e produtores rurais. Deste modo, foi competência da coordenadoria e,

especificamente do CETATE, divulgar a todos, um trabalho de cunho muito mais técnico do que o anterior. Por outro lado, certas propostas, que englobavam atuação muito além da técnica, tiveram sua continuidade em alguns programas, a exemplo do já citado Microbacias, provavelmente o principal dentre eles.

De acordo com Martins, o início do programa, no ano de 1987, buscava essencialmente promover a utilização racional de recursos naturais renováveis, a fim, principalmente, de que se aumentasse a produção e produtividade das unidades agrícolas, estimulando assim a participação dos agricultores e de suas famílias e buscando ainda a fixação destas populações no campo (MARTINS, 1991).

Por meio do levantamento realizado, pudemos perceber, ainda que pontualmente, objetivos e intenções que embasaram os trabalhos, tanto da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, quanto da Coordenadoria de Assistência Técnica desde o início das preocupações sistematizadas com a agricultura por parte do Estado até a década de 1980, período de novas e grandes alterações. Com o passar do tempo as intenções tanto da secretaria quanto da CATI foram se adequando a ideais de preservação ambiental, uso racional de recursos naturais, entre outros. Este texto não esgotará o histórico destas instituições, mas acreditamos termos sido capazes de contribuir (ainda que pontualmente) para o entendimento da relação existente entre o sujeito que está no campo e o Estado, este que por sua vez se organiza por meio das diversas instâncias.

Embora os trabalhos da secretaria, assim como aqueles realizados pela CATI ao longo de sua história tenham tido alguma importância para milhares de produtores, suas ações nunca se deram no sentido contrário àquele apontado pelo Estado, ou seja, são aparelhos deste e condizentes com suas propostas e que, portanto, jamais tiveram quaisquer intenções de demonstrar aos sujeitos que atendem sua condição enquanto subordinados ao grande capital, necessários a este como já apontado. Suas ações não foram e nem são gratuitas, nem a formação oferecida, bem como os milhões de indivíduos atendidos não se devem a nenhuma “benevolência superior”, ao contrário, o campo constitui-se enquanto mais um dentre os espaços dominados pela lógica do capital e a pequena produção, como já apontado, funciona como reguladora e fornecedora de insumos básicos, para que, entre outros se mantenham, sem quaisquer desordens, especialmente às grandes produções.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ALVES, Giovanni; NETO, José Meneleu; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de; TEIXEIRA, Francisco J. S. (orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As Novas Determinações do Mundo do Trabalho**. São Paulo, SP: Cortez, 1998.
- BOTIGLIERI, Monica F., CASSIN, Marcos. Mundialização, o Novo Rural Brasileiro e a Educação. In: LUCENA, Carlos (org.). Trabalho, Precarização e Formação Humana. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- BRASIL. Estatuto do trabalhador rural. Brasília, 1963. 26 p.
- _____. Estatuto da Terra. Brasília, 1964. 42 p.
- CARVALHO, Horácio Martins de. A Estrutura das Classes Sociais no Campo. In: BONIM, Anamaria Aimoré (et al.) (orgs.). **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba, PR: Unificado Ltda., 1987.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- A CATI através dos tempos. **CATI Informativo**, Campinas, n° 6, p. 2, 1997.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1987.
- IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo, SP: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.
- MARTINS, Zoraide. **Agricultura Paulista: Uma História Maior Que Cem Anos**. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, RJ: Fase, 1989.
- PINHEIRO, Cleusa. CATI 40 anos: Breve relato da história. **CATI Informativo**, Campinas, p.3, Novembro/Dezembro 2007.
- SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária?**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- STEDILLE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional: 1500 – 1960**. Volume um. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.
- _____. **A Questão Agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. Volume quatro. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.